

Análise dos conhecimentos sobre o tema imposto de renda pessoa física: pesquisa aplicada aos acadêmicos de uma faculdade da serra gaúcha

Arlei Roberto Fredo, Cristiane Rommel, Mauro Andreolla Dal Pizzol

RESUMO

O Imposto sobre a renda é uma das mais relevantes fontes de arrecadação de receitas pela administração tributária. Conforme a Receita Federal, no ano de 2018, foram recebidas 29.269.987 declarações, superando as expectativas do Governo. A pesquisa tem por objetivo analisar a compreensão dos acadêmicos de uma Faculdade da Serra Gaúcha em relação ao tema Imposto de Renda Pessoa Física e sua obrigação acessória DIRPF. A pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva. A coleta dos dados foi realizada por meio da aplicação de questionários estruturados e no que referencia aos procedimentos, a pesquisa se caracteriza como levantamento ou *survey*. A análise dos dados foi realizada por instrumentos estatísticos através de planilhas, caracterizando-se como quantitativa. Como resultado, verificou-se que o nível de conhecimento específico sobre o assunto IRPF entre os respondentes, de uma forma geral, apresenta resultados de médio ou ruim. No que tange às suas percepções frente à ideia de que o imposto de renda equacione a distribuição de renda do país, 75% dos acadêmicos não concordam de que o mesmo promova a minimização da desigualdade social.

Palavras-chave: IRPF. Acadêmicos. DIRPF.

1 INTRODUÇÃO

Conforme a Receita Federal (2018), o sistema tributário brasileiro é composto por diversos impostos, taxas e contribuições, cuja finalidade está calcada na arrecadação de fundos para custear as contas e ações que os governos federal, estadual e municipal necessitam. Neste viés, o Imposto de Renda de Pessoa Física é o tributo com maior repercussão nacional, já que é uma das fontes mais relevantes de arrecadação de receita da administração tributária.

De acordo com o Código Tributário Nacional (2018), no dia 31 de dezembro de 1922, após uma série de impasses, foi aprovada no Congresso Nacional a Lei Orçamentária Nº 4.625, que dispõe acerca do Imposto Geral Sobre a Renda. No seu artigo 31, afirma que o imposto será devido anualmente por toda pessoa física ou jurídica, residente no território do País e incidirá sobre o conjunto de rendimentos líquidos de qualquer origem.

Sob essa perspectiva, a presente pesquisa se delimita ao estudo de um único tributo: o Imposto de Renda Pessoa Física, avaliando o conhecimento dos acadêmicos de uma Faculdade da Serra Gaúcha sobre o assunto. A pesquisa se restringe no sentido de analisar aspectos sobre o Imposto de Renda Pessoa Física, sua origem, isenções e ganhos.

A importância deste estudo dentro do contexto acadêmico se justifica no fato de que os discentes durante sua vida acadêmica se deparam com diferentes alternativas: existem estudantes que não trabalham e outros que trabalham ou fazem estágio. Em relação aos alunos que trabalham, subdividem-se em dois outros grupos: Os que são obrigados a declarar, em razão de que sua renda ultrapassou o limite mínimo de Imposto de Renda e os que não são obrigados.

Nesse panorama, o objetivo geral da pesquisa é evidenciar o conhecimento dos acadêmicos dos cursos de: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Gestão Comercial e Gestão em Recursos Humanos, de uma Faculdade da Serra Gaúcha, acerca de aspectos relativos ao Imposto de Renda Pessoa Física e sua obrigação acessória, a DIRPF.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta a fundamentação teórica, na qual foram revisados conceitos de vários autores, com vistas a aprofundar os conhecimentos do pesquisador e, assim, auxiliar na elaboração da pesquisa, apresentando informações históricas e atuais sobre o Imposto de Renda no Brasil.

2.1 RECEITA FEDERAL E O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

A Receita Federal do Brasil é um órgão específico, subordinado ao Ministério da Fazenda, exercendo funções essenciais para que o Estado possa cumprir seus objetivos. É responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive, os previdenciários e aqueles incidentes sobre o comércio exterior. Seu objetivo consiste em ser uma instituição inovadora, protagonista na simplificação do sistema tributário e aduaneiro, contribuindo para a qualidade do ambiente de negócios e competitividade do país (RECEITA FEDERAL, 2018).

Para Fabretti (2012), no princípio da legalidade o tributo só pode ser exigido por lei e cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada. De acordo com o Código Tributário Nacional (2018), o que determinará a natureza jurídica do tributo é seu fato gerador e o mesmo é composto por cinco tipos de espécies, sendo estes: impostos, taxas, contribuições de melhorias, contribuições especiais e empréstimos compulsórios.

2.2 IR- IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA

O Imposto de Renda é um tributo federal, definido pelo artigo 43 do Código Tributário Nacional (2018), como o imposto de competência da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza, sendo gerado da aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica: I - de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos; II - de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no inciso anterior.

De acordo com Borges (2011), é contribuinte do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, toda a pessoa física que reside no Brasil e que possua disponibilidades econômicas ou jurídicas, ou ainda proventos de qualquer natureza, sendo assim, os impostos fazem parte dos tributos. Machado (2010) afirma que o Imposto de Renda é o imposto mais significativo para o Estado, uma vez que é o de maior arrecadação.

2.3 IRPF – IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA

Conforme o CTN (2018), Imposto de Renda sobre Pessoa Física é o imposto pago pelo trabalhador e sua incidência é diretamente sobre a folha de pagamento. Sua alíquota pode variar de 15 a 27,5% concomitante ao salário, com isenção aos de baixa renda. A apresentação da DIRPF (Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física) é anual e obrigatória a todos os trabalhadores que possuem rendimento superior ao valor mínimo definido pelo governo, para fins de ajustes. É calculado sobre o rendimento bruto mensal auferido, descontadas algumas deduções permitidas por lei, resultando na restituição ou no pagamento complementar do imposto devido.

O Imposto de Renda Pessoa Física incide sobre a renda de brasileiros residentes ou não no país, cujas fontes de renda sejam originadas no Brasil. A Receita Federal apresenta alíquotas diferenciadas que variam de acordo com a renda dos contribuintes. Oliveira *et al* (2014) esclarece que a obrigação das pessoas físicas é anual e devem justificar a evolução patrimonial

obtida ao longo do ano-calendário.

2.4 OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA DIRPF

De acordo com CNT (2018), a obrigação é acessória quando, por força de lei, a prestação a ser cumprida é a de fazer ou não fazer alguma coisa, ou permitir que ela seja feita pelo Fisco, com o interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

Segundo Fabretti (2005, p. 352), obrigações acessórias “[...] são deveres administrativos determinados pela legislação tributária própria de cada entidade federativa competente para arrecadar o tributo”. Ademais, descreve como deveres administrativos: a inscrição nas repartições das receitas federal, estadual e municipal, a emissão de notas fiscais, a escrituração contábil e fiscal, a conservação dos livros e documentos pelo prazo devido e, ainda, a prestação de informações e declarações nos prazos fixados em lei.

Conforme a Receita Federal (2018), a declaração anual de IRPF, denominada de declaração de rendimentos ou declaração anual de ajuste, permite ao contribuinte declarar sua renda e proventos de qualquer natureza no ano-calendário do período anterior e, diante das informações comprobatórias, analisa-se a evolução ou não do patrimônio existente.

2.5 ISENÇÕES DE IRPF

Conforme a Receita Federal (2018), as pessoas portadoras de doenças graves são isentas do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF), caso o contribuinte se enquadre na situação de isenção deverá procurar o serviço médico oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para que seja emitido laudo pericial comprovando a moléstia. Se possível, o serviço médico deverá indicar a data em que a enfermidade foi contraída, caso contrário, será considerada a data da emissão do laudo. O serviço médico deverá indicar se a doença é passível de controle e, em caso afirmativo, deve ser apontado o prazo de validade do laudo.

O laudo deve ser emitido, preferencialmente, pelo serviço médico oficial da fonte pagadora, pois, assim, o imposto já deixará de ser retido em fonte. Se não for possível, o contribuinte deverá entregá-lo no órgão que realiza o pagamento do benefício e verificar o cumprimento das demais condições para o gozo da isenção.

2.6 DOAÇÕES PARA IRPF

Segundo a Lei 12.594/2012, os contribuintes podem destinar até 6% do Imposto de Renda devido à Receita Federal para doações, desde que elas sejam realizadas a entidades e fundos ligados a projetos atrelados ao governo e sigam as regras previstas na legislação.

Ainda conforme Lei 12.594/2012, as doações são somente aceitas no modelo de declaração completa. Segundo os dados divulgados pela Receita Federal, menos de 3% das pessoas que poderiam fazer essa doação realizam o redirecionamento do montante para projetos sociais.

Em 2019, a Assembleia Legislativa lançou a campanha Valores que Ficam, com o objetivo de conscientizar os contribuintes sobre a importância de colaborar com projetos sociais e de manter uma parcela do Imposto de Renda (IR) pago pelos gaúchos dentro do Estado. O valor arrecadado é destinado a Hospitais, APAEs, Ligas de Combate ao Câncer e outras entidades sociais, sendo fiscalizado por órgãos competentes.

Segundo o site da Prefeitura de Bento Gonçalves (2019), o projeto iniciou em 2016, com o objetivo de sensibilizar os contribuintes acerca da importância em destinar a entidades assistenciais parte do imposto de renda devido ao governo.

Diversas cidades apresentam projetos para doar parte de seu Imposto de Renda.

Conforme dados do Site da Prefeitura Municipal de Carlos Barbosa (2019), a Campanha do Leãozinho, prioriza crianças e adolescentes da cidade. Empresas e pessoas físicas podem participar repassando parte de seu Imposto de Renda que será usado para financiar o desenvolvimento de projetos para este público alvo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Amparada em seus objetivos, esta pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva, visto que proporciona uma visão detalhada sobre um determinado tema. Ademais, a pesquisa trabalha dados coletados da realidade sem manipulá-los, ou seja, o pesquisador fará somente observações, registrando, analisando e correlacionando situações do tema que são interessantes com a vida acadêmica (SANTOS, 2001).

Quanto ao problema, esta pesquisa se caracteriza como quantitativa. Define-se desta forma como quantitativa por que haverá utilização de instrumentos estatísticos no processo de análise do problema. A pesquisa quantitativa, “procura fatos e causa do fenômeno social através de medições de variáveis”.

De acordo com os procedimentos, a pesquisa se caracteriza como levantamento ou *survey* baseada em um questionário, uma vez que se trata de um procedimento de coleta de dados por meio de indivíduos e permite alcançar uma amostra significativa. A pesquisa do tipo *survey* é definida por Figueiredo (2004, p.114) como: “obtenção de informações quanto à prevalência, distribuição e inter-relação de variáveis no âmbito de uma população”.

Para Babbie (1999, p. 78), esse tipo de pesquisa se define por ser lógica, determinística, geral, parcimoniosa e por que “tipicamente examina uma amostra da população” por meio da aplicação de um questionário estruturado. Além disso, quanto ao questionário, alguns outros pontos são destacados, tais como: a construção do questionário e o pré-teste.

As técnicas de coleta de dados podem ser: entrevistas, questionários, formulários, entre outros. Para Marconi e Lakatos (2001), a pesquisa quantitativa tem foco na investigação empírica, com o objetivo de conferir hipóteses, delineamento de um problema, análise de um fato, avaliação de programa e isolamento de variáveis principais.

Deste modo, a fim de determinar o conhecimento sobre o tema se aplicou um questionário junto aos acadêmicos de uma Faculdade da Serra Gaúcha, de modo a avaliar a opinião dos estudantes sobre assuntos relevantes ao tema Imposto de Renda Pessoa Física.

Cervo, Bervian e Da Silva (2007) defendem que a coleta de dados é uma atividade essencial, uma vez que inclui vários aspectos, como: o conceito da população a ser estudada, a programação da coleta, a aplicabilidade do instrumento, bem como os tipos de coleta de dados.

A coleta dos dados foi realizada através da aplicação de questionários estruturados. A primeira parte do questionário será voltada ao perfil do acadêmico. Já a segunda parte buscará avaliar o conhecimento referente ao tema Imposto sobre Renda Pessoa Física e as formas usadas para a aquisição deste conhecimento.

Após a conclusão da aplicação do questionário, foram obtidas informações suficientes para interpretar e avaliar a opinião e o conhecimento que os acadêmicos dos cursos Administração, Ciências Contábeis, Direito, Gestão Comercial e Gestão em Recursos Humanos da Faculdade têm sobre o tema Imposto de Renda Pessoa Física, ao encontro dos objetivos propostos no presente trabalho.

A pesquisa utilizou a análise descritiva e os dados obtidos foram mensurados através da apresentação de gráficos. Participaram da pesquisa acadêmicos matriculados no primeiro semestre de 2019, a partir da relação de estudantes disponibilizada pela coordenadora do curso de Ciências Contábeis.

Enfatiza-se que o questionário foi submetido a um teste de confiabilidade realizado por dois professores do curso de Ciências Contábeis, que examinaram o conteúdo das questões.

Após a verificação, o questionário foi modificado conforme as observações realizadas pelos docentes. Da mesma forma, realizou-se um pré-teste do questionário, aplicando o mesmo a dois acadêmicos para verificação do entendimento, tempo de realização e possíveis dúvidas referentes ao questionário. Após o pré-teste, o questionário foi aplicado para os demais estudantes.

O questionário foi aplicado junto aos acadêmicos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Gestão Comercial e Gestão em Recursos Humanos de uma Faculdade da serra gaúcha, entre os dias 06 de março a 22 de março de 2019.

A aplicação do questionário foi presencial e manual, dentro do ambiente de sala de aula. Foram envolvidas os acadêmicos de todas as turmas da Instituição presentes nas datas de aplicação, sendo possível destacar que todos os discentes tiveram a oportunidade de responder o questionário, exceto os que estavam ausentes no momento.

Desse modo, a população da pesquisa envolverá 495 (quatrocentos e noventa e cinco) acadêmicos discentes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Gestão Comercial e Gestão em Recursos Humanos, em uma Faculdade da Serra Gaúcha, permitindo, assim, verificar o conhecimento dos mesmos sobre o tema Imposto de Renda Pessoa Física.

Neste trabalho foi utilizada a amostra não probabilística que se trata de amostragens em que há uma escolha deliberada dos elementos, ou seja, quando a escolha dos elementos não é feita aleatoriamente. Após coletados os dados, são realizadas análises e interpretações dos mesmos, a fim de atingir os objetivos da pesquisa. O primeiro processo compreende a análise dos dados, que “envolve diversos procedimentos: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos estatísticos” (GIL, 1999, p. 102).

Quanto à análise de dados, a pesquisa se caracteriza como estatística descritiva. Para Gil (1999), a coleta de dados é uma das partes mais importantes da pesquisa, porque por meio dela se buscam informações necessárias para o bom andamento do trabalho científico na parte prática, alcançando assim os objetivos propostos.

A análise dos dados foi iniciada com a digitalização dos questionários para o programa da internet “Google Form”. Por intermédio desta ferramenta foi possível identificar a quantidade de respostas para cada alternativa e, respectivamente, sua porcentagem por opção. Posteriormente, foi utilizado um aplicativo para auxiliar na organização das informações.

Através da organização em planilhas eletrônicas das informações obtidas pelos questionários preenchidos, foi possível a elaboração dos gráficos, que servem para realização de análises e a formação de índices. Em seguida, efetuou-se a interpretação dos dados obtidos, demonstrando os resultados da pesquisa e relacionando com os conhecimentos adquiridos na literatura teórica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados que seguirão apresentados são relativos ao questionário aplicado *in loco* (em sala de aula) aos acadêmicos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Gestão Comercial e Gestão em Recursos Humanos, durante o período noturno, com uma amostra de 399 alunos.

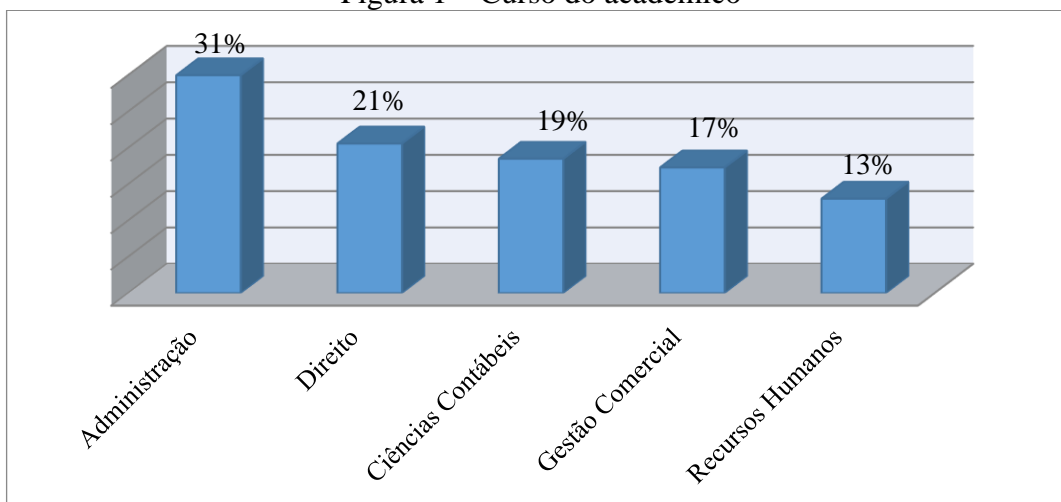
4.1. PERFIL DO ACADÊMICO

Na primeira parte do questionário se buscou conhecer o perfil do respondente. O estudo analisou as respostas de 399 estudantes, sendo 121 de administração, 74 de ciências contábeis, 82 do curso de direito, 69 de gestão comercial e 53 de Recursos Humanos

A Figura 1 apresenta o curso do acadêmico, sendo que a maioria dos estudantes é do curso de Administração e os demais cursos, ordenados em ordem decrescente, são: Direito,

Ciências Contábeis, Gestão Comercial e Recursos Humanos.

Figura 1 – Curso do acadêmico

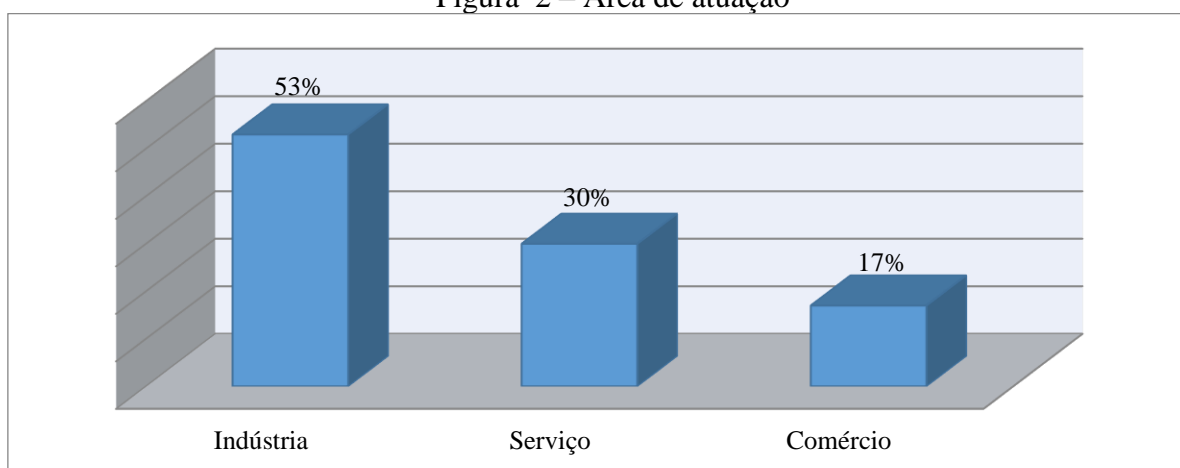


Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Avaliando a Figura 1, em uma amostra de 399 acadêmicos questionados, 121 respondentes são de Administração (31% da amostra), 74 de Ciências Contábeis (19%), 82 do curso de Direito (21%), 69 de Gestão Comercial (17%) e 53 de Recursos Humanos (13%).

Na segunda questão o acadêmico foi questionado quanto à atividade profissional, buscando avaliar se além de estudar o mesmo trabalhava ou fazia estágio. A partir da Figura 2 é possível constatar com relação à atividade profissional, dentre o público de 399 respondentes, 385 respondentes apontaram que além de se dedicarem aos estudos na faculdade trabalham ou atuam como estagiários, ou seja, 96%, destaca-se ainda que apenas 14 respondentes não trabalham ou não fazem estágio, isto é, 4%.

Figura 2 – Área de atuação



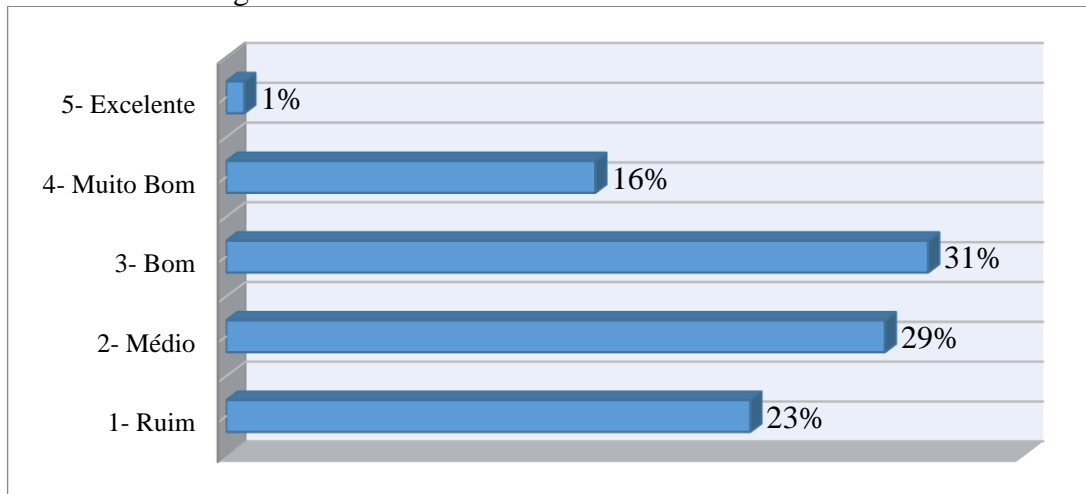
Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Na Figura 2 identificou-se que a maioria dos estudantes trabalha no setor de Indústria com 204 respondentes, representando 53% da amostra; 115 acadêmicos atuam na área de Prestação de Serviços (30%) e 66 respondentes na área de Comércio (17%), conforme apresenta o gráfico 5. No total foram 385 respondentes.

Na pergunta 4, questionou-se quanto à abordagem do Tema IRPF durante o decorrer do curso na vida acadêmica, avaliando esse conhecimento em uma escala de 1 a 5. Caso o estudante

não tivesse nenhum conhecimento sobre o assunto não era obrigado a responder esta questão.

Figura 3 – Nota do conhecimento obtido na faculdade



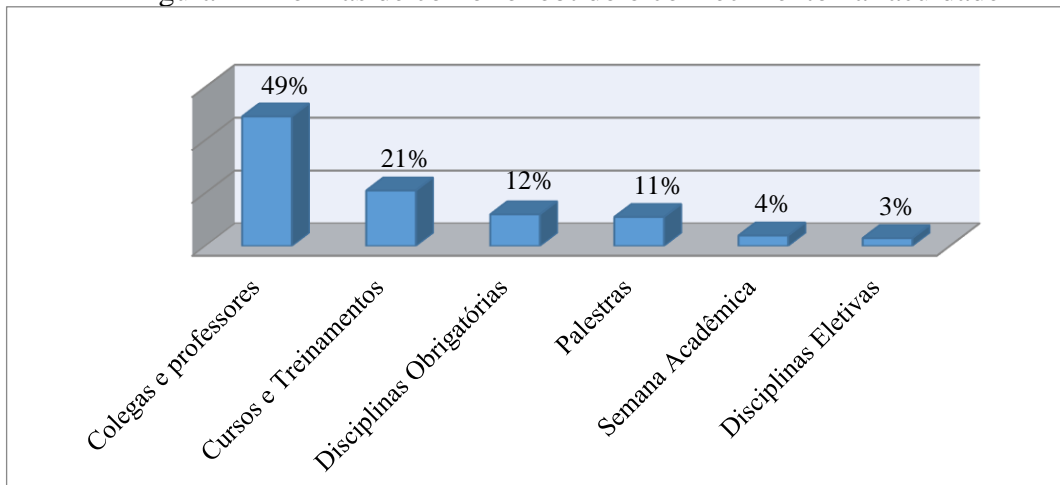
Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Na Figura 3 verificou-se que 78 respondentes (31%) consideram seu grau de conhecimento sobre o tema na faculdade como bom, ou seja, nível 3 na escala. Ainda 29%, isto é, 73 dos entrevistados responderam que consideram médio o nível na escala, enquanto que 59 respondentes (23%) consideraram como ruim a abordagem durante o curso, indicando 1 na escala.

Quanto à escala no nível 4, 41 respondentes consideram como muito bom o grau de conhecimento sobre o assunto IRPF na faculdade e apenas 2 respondentes consideram como excelente o grau de conhecimento. Para esta questão se obteve 253 respostas, já que a mesma não era de resposta obrigatória.

A questão 5 foi uma pergunta encadeada a partir da resposta da questão 4, sendo que o acadêmico respondia a questão 5 somente se tivesse respondido a anterior. Tal questão solicitava aos acadêmicos como ocorreu o contato com o tema na Faculdade. Foram elencadas as opções que o estudante tem disponível em seu universo acadêmico para obter este conhecimento, devendo ele indicar a opção correspondente no seu caso. Lembrando que nesta questão o acadêmico podia escolher mais de uma resposta se necessário.

Figura 4 – Formas de como foi obtido o conhecimento na faculdade



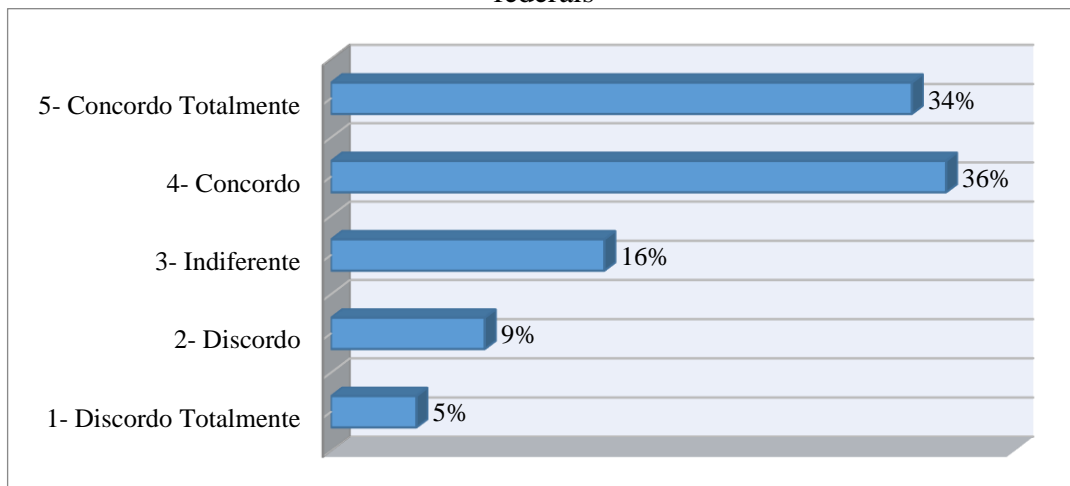
Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Na Figura 4 é possível verificar que 139 respondentes (49%) obtiveram o conhecimento por meio de colegas e professores. Outros 61 acadêmicos (21%) obtiveram o conhecimento por meio de cursos e treinamentos. Já 12% dos respondentes apontaram que conheceram o tema através das disciplinas obrigatórias. Ao encontro disso, é importante destacar que somente o curso de Ciências Contábeis possui disciplinas obrigatórias sobre o tema IRPF. Outro dado relevante é que 32 acadêmicos (11%) adquiriram conhecimento através de palestras. Outros 7% dos respondentes obtiveram o conhecimento por meio de semana acadêmica ou através de disciplinas eletivas de seus cursos. Esta questão obteve 289 respostas.

4.2 DECLARAÇÃO DE IIMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA

A segunda parte do questionário era composta por perguntas de escala *linkert* e questões dicotômicas. Tais questões abordam diversos assuntos referentes a IRPF, conforme tratado no referencial teórico. Essas questões são de resposta obrigatória.

Figura 5 – Doar parte do imposto de renda para fundos municipais, estaduais ou federais



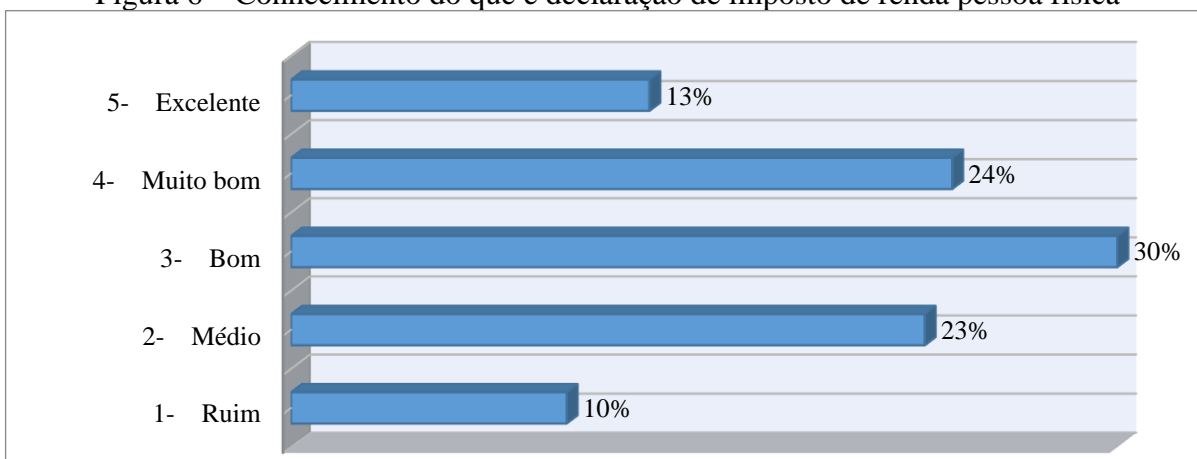
Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Na segunda parte do questionário, de resposta obrigatória, o acadêmico avalia o seu grau de conhecimento aos assuntos de Imposto de Renda (IR) que serão citados a seguir, em escala de 1 a 5: 1- Ruim; 2- Médio; 3- Bom; 4- Muito bom; 5- Excelente.

O primeiro assunto abordado na questão 2 faz referência à Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física. Neste momento, o respondente avalia o seu conhecimento em escala de 1 a 5, conforme a Figura 10.

Na Figura 6 é possível observar que 119 acadêmicos, ou seja, 30% da amostra dos respondentes consideram como bom o nível de conhecimento. Ainda quanto aos estudantes que consideram como muito bom ou excelente se obteve 95 e 53 acadêmicos, respectivamente, representando 37% da amostra total. Em relação aos acadêmicos que responderam como médio o nível de conhecimento, identificou-se 93 respondentes, ou seja, 23%. Com relação aos respondentes que consideram o conhecimento sobre declaração de IRPF no nível ruim foram obtidas 39 respostas, representando 10% da amostra total.

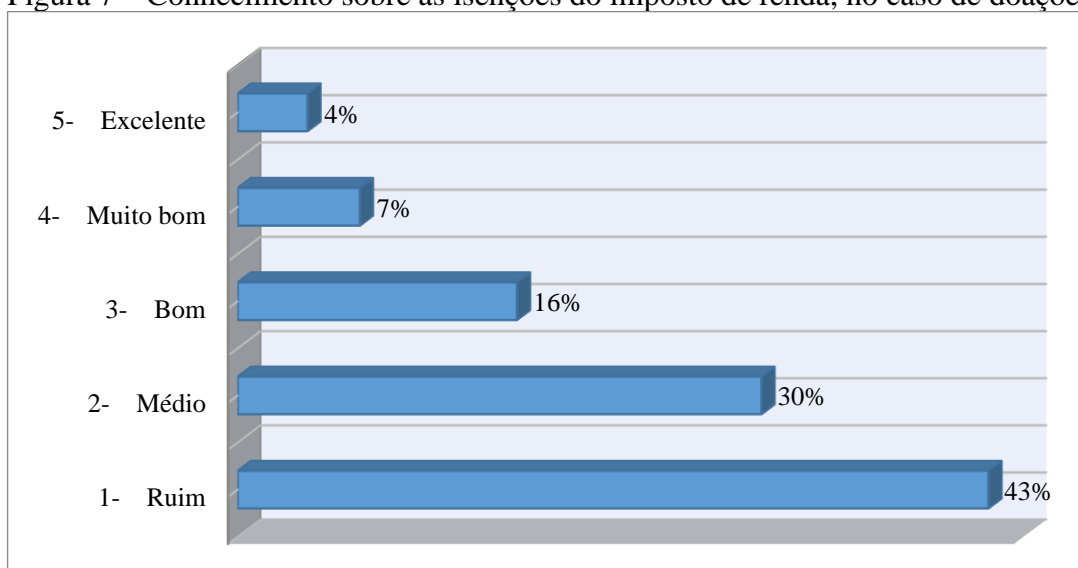
Figura 6 – Conhecimento do que é declaração de imposto de renda pessoa física



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O próximo assunto, da segunda questão faz referência às isenções do Imposto de Renda, no caso de Doações, como apresenta a Figura 7.

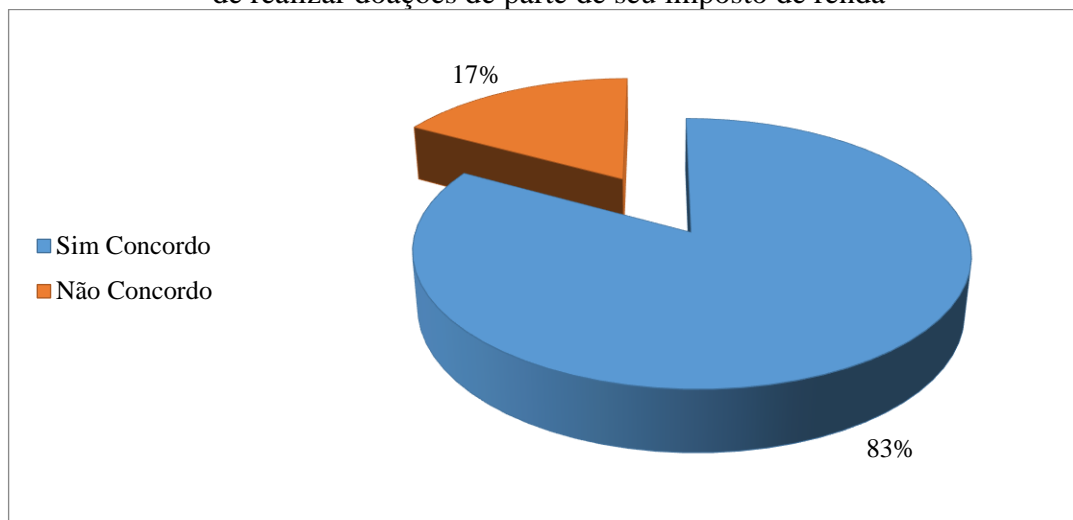
Figura 7 – Conhecimento sobre as isenções do imposto de renda, no caso de doações



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Na Figura 7 é possível identificar que apenas 15 acadêmicos (4% da amostra total) possuem conhecimento na escala excelente. Quanto aos acadêmicos que possuem nível de conhecimento na escala ruim se obteve 172 respondentes (43%). Ainda segundo as informações apresentadas 30% dos acadêmicos responderam que possuem nível médio de conhecimento. No que tange aos respondentes que possuem nível de conhecimento bom ou muito bom, foram identificados 16% e 7%, respectivamente.

Figura 8 – Opinião sobre que a população deveria ser conscientizada da importância de realizar doações de parte de seu imposto de renda



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A partir da análise da Figura 10 é possível identificar que 331 acadêmicos (83% da amostra total) concordam com a afirmação, apenas 68 respondentes (17%) dos acadêmicos discordam. Através das respostas obtidas pelos acadêmicos foi possível realizar as considerações finais e também as conclusões da pesquisa, que serão apresentadas no próximo capítulo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No atual cenário socioeconômico do Brasil, um dos temas que traz grande repercussão entre os cidadãos brasileiros é a declaração de Imposto de Renda, sendo sempre muito notificada pela imprensa brasileira. Embora seja anual, é um assunto que ainda gera muitas dúvidas aos declarantes, pois ao contrário de outros tributos, como taxas e contribuições diversas, o imposto é um tributo não vinculado, ou seja, o valor recolhido não tem vinculação entre receitas de impostos. Destaca-se que, da mesma forma é indeterminada sua finalidade, não apresentando uma destinação específica dos valores arrecadados pelo governo.

Analisando o tema IRPF e sua importância na sociedade brasileira, esta pesquisa teve por objetivo evidenciar o conhecimento dos acadêmicos dos cursos de: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Gestão Comercial e Gestão em Recursos Humanos, de uma Faculdade da Serra Gaúcha, sobre aspectos relativos ao Imposto de Renda Pessoa Física.

Para tanto a presente pesquisa apresentou diversos conceitos relacionados ao tema IRPF, por se tratar de um assunto que atinge diretamente a vida dos profissionais contábeis e parte da população brasileira que é declarante deste imposto. Buscou-se alinhar o tema com a vida acadêmica de uma faculdade da serra gaúcha, a fim de avaliar o nível de conhecimento dos acadêmicos acerca deste.

Através da análise das perguntas do questionário aplicado para os acadêmicos fica evidente que o nível de conhecimento específico sobre o assunto IRPF entre os respondentes, no geral, pode ser considerado como médio ou ruim. Através das questões 5 a 8 foi possível analisar os principais meios que o acadêmico utiliza para adquirir o conhecimento sobre Imposto de renda Pessoa Física, seja na Faculdade ou extraclasse.

Na questão 6 foram apresentadas as alternativas que a Faculdade oferece para o acadêmico aprimorar seu conhecimento sobre IRPF. Através dos dados coletados, identificou-se que 60% dos acadêmicos responderam que consideram como médio ou bom o nível de

conhecimento adquirido por meio de orientação da faculdade. Ainda 23% dos respondentes consideram como ruim o conhecimento adquirido sobre o assunto IRPF na faculdade.

Para identificar qual a forma que esse conhecimento foi adquirido, questionou-se aos acadêmicos caso tenha obtido algum contato com o tema na Faculdade, quais os canais que colaboraram para a obtenção deste conhecimento. Através das respostas conclui-se que 139 respondentes (49%) obtiveram o conhecimento por meio de colegas e professores, 21% através de cursos e treinamento, 12% obtiveram o conhecimento através de disciplinas obrigatórias, 11% através de palestras, 4% semana acadêmica e 3% disciplinas eletivas.

Referente à questão de doação do Imposto de Renda para Fundos Municipais, Estaduais ou Federais foi questionado ao acadêmico sua opinião, 142 acadêmicos concordam em doar parte do Imposto de Renda, representado 36% da amostra total. Além disso, 34% dos respondentes, ou seja, 137 concordam totalmente com a doação de parte do IRPF. Em relação aos acadêmicos que se dizem indiferentes com a doação do imposto, este número representa 16%, ou seja, 65 acadêmicos. Já, 9 % dos estudantes discordam em realizar a doação. Enquanto 19 acadêmicos, o que representa 5% da amostra total, discordam totalmente com a doação de IRPF para fundos municipais, estaduais ou federais.

O questionário solicitou a opinião do acadêmico acerca da conscientização da população sobre a importância de realizar doações de parte de seu Imposto de Renda. Nesse sentido, 331 acadêmicos ou 83% da amostra total concordam com a afirmação, apenas 68 respondentes, ou seja, 17% dos acadêmicos não concordam.

Na questão 2 da segunda parte do questionário o acadêmico avaliou o seu conhecimento em relação ao assunto Imposto de Renda. No caso de Doações, foi possível identificar que apenas 15 acadêmicos, 4% da amostra total, possuíam conhecimento na escala excelente. Quanto aos acadêmicos que possuem nível de conhecimento na escala ruim se obteve 172 respondentes, ou seja, 43%. Ainda segundo as informações apresentadas 30% dos acadêmicos responderam que possuem nível médio de conhecimento. No que tange aos respondentes que possuem nível de conhecimento bom ou muito bom, foram identificados 16% e 7%, respectivamente.

Na questão três da segunda parte do questionário, buscou-se a opinião dos acadêmicos sobre temas como a arrecadação de IRPF diminui a desigualdade social e se é aplicado de forma eficaz para beneficiar a qualidade de vida da população brasileira. Através das respostas obtidas, conclui-se que 258 acadêmicos, 75%, não concorda que a arrecadação do IRPF diminuía a desigualdade social no país. E em relação à aplicação de forma eficaz do IRPF na sociedade para beneficiar o bem-comum dos cidadãos brasileiros, 300 acadêmicos, ou seja, 75% da amostra total não concordam com a forma que o governo gerencia o IRPF.

Dessa forma, considera-se que tanto o objetivo geral quanto os objetivos específicos foram satisfatoriamente atingidos. Percebendo a importância do tema na vida dos acadêmicos e cidadãos, torna-se indispensável para estes conhecer e entender o assunto imposto de renda, desse modo às faculdades e universidades tem a opção de inserir em sua grade curricular a disciplina específica sobre o assunto, possibilitando assim aos acadêmicos agregarem conhecimento acerca do tema.

Como sugestão para futuras pesquisas, recomenda-se uma avaliação sobre o conhecimento do IRPF aplicando questionários a uma parcela maior da população, possibilitando, assim, verificar a percepção de demais acadêmicos de outras instituições sobre a Declaração Anual de Imposto de Renda. É importante também aprofundar o estudo sobre IRPF de outros países comparando com o Brasil, pela forma de aplicação e de redistribuição de renda, ou seja, semelhanças e diferenças entre a declaração brasileira e de outras nações.

REFERÊNCIAS

- BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- BORGES, H. B. **Gerência de impostos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- Código Tributário Nacional**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm/>. Acesso em 11 de out. 2018.
- Constituição Federal**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm/> Acesso em 25 de set. 2018.
- FABRETI, L. C. **Contabilidade Tributária**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- FABRETTI, L. C. **Contabilidade tributária**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- FABRETTI, L. C. **Contabilidade tributária**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- FIGUEIREDO, N. M. A. (Org.). **Método e Metodologia na Pesquisa Científica**. s.l., Difusão Editora, 2004.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MACHADO, H. B. **Curso de direito Tributário**. 31 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- MASCARENHAS, S. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.
- MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. O. **Estatística Básica**. 5º ed. Editora Saraiva. São Paulo, 2004. 526p.
- OLIVEIRA, L. M.; CHIEREGATO, R.; JUNIOR, J. H. P.; GOMES, M. B. **Manual de contabilidade tributária: textos e testes com as respostas**. 10 ed., São Paulo: Atlas. 2014.
- OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica: PROJETOS DE PESQUISAS, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 1997.
- PÊGAS, P. H. **Manual de contabilidade tributária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
Disponível em: Acesso em: 29 set. 2018.
- Receita Federal**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/>>. Acesso em 20 set. 2018.

RIBEIRO, O. M. **Introdução à contabilidade tributária**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 4. ed. Rio de Janeiro : DP&A , 2001.

SOUZA, F. F. R. **Curso de Direito Tributário**. 12º ed. São Paulo: Atlas, 2010.